

## **SISTEMA DE COTAS RACIAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E AO MERCADO DE TRABALHO**

Ana Carolina Arcanjo de Sousa  
Renata Callaça Gadioli dos Santos

### **Resumo**

A Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira entre as universidades federais a implantar o sistema de cotas raciais em seu processo seletivo de ingressos na graduação. Sua implementação foi aprovada em junho de 2003, por meio do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. Transcorridos 20 anos desde sua implementação, é importante saber quais são alguns de seus efeitos. O artigo tem como objetivo apresentar o sistema de cotas raciais na UnB e os efeitos desta política de ação afirmativa no acesso dos egressos ao mercado de trabalho, a partir da perspectiva deles. Para tanto, foram coletadas informações junto aos formados de 2014/1 a 2019/2 da UnB. O escopo metodológico é misto, utiliza tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas. Foram adotadas referências bibliográficas, dados de pesquisas realizadas pela UnB e pesquisa com os egressos. A pesquisa se fundamenta em teorias e conceitos como políticas públicas, ações afirmativas e mercado de trabalho. Como resultado encontramos o aumento de egressos de estudantes negros em 2019, que atingiu 39% das matrículas, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A pesquisa também revelou os efeitos positivos do ingresso dos estudantes à UnB e o acesso ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Política de cotas. Cotas raciais. Mercado de trabalho. Universidade de Brasília.

### **Abstract**

The University of Brasília (UnB) was a pioneer among federal universities in implementing the quota system in its graduate admissions process. Its implementation was approved in June 2003, through the Goals Plan for Social, Ethnic and Racial Integration. Now that 20 years have passed since its implementation, it is important to know what some of its effects are. The article aims to present the racial quota system at the University of Brasília and the effects of this affirmative action policy on graduates' access to the job market, from their perspective. To this end, information was collected

from UnB's 2014/1 and 2019/2 graduates. The methodological scope is mixed, using qualitative and quantitative approaches. Bibliographical references, data from research carried out by the University of Brasília and a survey of graduates were used. The research is based on theories and concepts such as public policies, affirmative action and the job market. As a result, we found an increase in black students graduating in 2019, which reached 39% of enrollments, according to the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira - INEP. The research also revealed the positive effects of students entering the University of Brasília and access to the job market.

**Keywords:** Politics of quotas. Racial quotas. Job market. University of Brasília.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo busca apresentar o sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB) e os seus efeitos no acesso dos egressos ao mercado de trabalho. A pesquisa tem como objetivo geral verificar a relação entre a política de cotas raciais e o mercado de trabalho de alunos formados nos anos de 2014/1 a 2019/2 da UnB. Foi utilizado um método misto de pesquisa, que combina métodos quantitativos e qualitativos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada através da pesquisa bibliográfica, documental e da aplicação de questionário. Não é objetivo da pesquisa fazer análise comparativa entre os sistemas de cotas implementados pelas outras instituições de ensino superior públicas. Tampouco, caracterizar que a proposta da UnB foi a melhor implementada. O objetivo é, tão somente, compreender o quanto a política de cotas da UnB tem contribuído com o acesso ao mercado de trabalho pelos estudantes cotistas.

*A priori*, é importante entender o sistema de cotas raciais na UnB e no mercado de trabalho como um avanço positivo para amenizar as desigualdades raciais existentes nesses meios sociais.

O histórico do Brasil apresenta um país fundado em um contexto escravista e promotor da desigualdade racial presente em vários níveis da sociedade, principalmente na educação e no mercado de trabalho. Esse cenário se estendeu por vários anos e começou a sofrer modificações positivas através da promulgação da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Somente após aprovação da Lei de Cotas, tornou-se obrigatória a reserva de vagas para alunos de escola pública, de baixa renda, Pretos, Pardos e/ou Indígenas (PPI) em todas as instituições federais de ensino superior.

No que antecede a promulgação da Lei de Cotas, a UnB foi a primeira universidade federal brasileira a implementar um sistema de cotas. Mas, sabemos que ela não foi a primeira universidade do Brasil a implementar o sistema. Antes dela, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), por meio da Lei Estadual nº 3.708, de 9 de novembro 2001, instituiu o sistema de cotas raciais para as populações “negra e parda” na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) (Santos, 2021). Em seguida, em 2002, o sistema de cotas foi implementado pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Segundo Santos e Benevides (2018), a Uneb foi a primeira universidade da Bahia a estabelecer reserva de vagas para negros que tivessem estudado todo o fundamental II (5º ao 9º ano) e todo o ensino médio em escolas públicas. Diferente do processo instituído no Rio de Janeiro, a Uneb teve o parecer que instituiu o sistema de cotas aprovado em votação do Conselho Universitário (Consuni) (Silva, 2010).

Após esses três posicionamentos institucionais, foi a vez de uma instituição de ensino superior federal implementar o sistema de cotas para PPI – sendo a UnB a precursora na esfera federal. Sua implementação foi aprovada em junho de 2003, por meio do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. Segundo Carvalho (2004), o Plano de Metas pode ser considerado a síntese dos principais elementos do sistema de cotas e da política pública, adotados pelos conselheiros da UnB.

A adoção desse sistema em seu processo seletivo de ingressos na graduação, aumentou o índice de formação educacional formal na população negra do país, de Brasília e nos municípios que com ela formam um território de característica metropolitana. A implementação das cotas raciais na UnB foi o resultado de um processo longo de articulação de especialistas, integrantes do movimento negro e representantes do poder público (Brito, 2022). Não foi, no entanto, um processo tranquilo e amistoso. O processo de implementação do sistema de cotas raciais na UnB foi permeado por racismo velado, processos judiciais – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) movido pelo partido Democratas contra as cotas, em julho de 2009 – e posicionamentos contraditórios às cotas por alguns estudantes, mas, sobretudo, por profissionais da UnB, em especial os docentes. O depoimento de Brito (2022) nos mostra a dificuldade vivida à época:

A Universidade, apesar de as cotas raciais terem sido instituídas em 2003, ainda não estava preparada para receber os estudantes negros, quilombolas, indígenas, oriundos da escola pública, de diversas comunidades do território brasileiro. E conviver com o racismo estrutural velado era um desafio, faltava acolhimento, apoio financeiro. Os primeiros meses após o ingresso foram muito difíceis [...] (Brito, 2022, p. 93).

Contudo, a implementação desse sistema foi muito importante para o combate dos altos índices de desigualdade no ingresso de estudantes negros à UnB. Assim, após 20 anos desde a implementação do sistema de cotas na UnB, foram observados vários resultados positivos, dentre eles o aumento do número de egressos negros, que, em 2019, atingiu 39%, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (Brasil, 2019). Atualmente, a UnB já matriculou 38.042 estudantes cotistas. Como ressalta Carvalho (2004), antes da implementação das cotas raciais na UnB, os negros na universidade representavam apenas 3%. Após o surgimento das cotas, de acordo com a UnB (Garonce; Cruz, 2020), o número de estudantes negros saltou para 48,7%.

O sistema de cotas raciais implementado em 2003 pela UnB, previu seu primeiro processo seletivo em 2004 e reservava 20% das vagas existentes. As cotas não eram a única política de ação afirmativa implementada à época. Conforme nos detalha Feres Júnior *et al.*, ação afirmativa é “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos

ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo” (Feres Júnior *et al.*, 2018, p. 13). A UnB, visando apoiar os estudantes cotistas, complementou as cotas com algumas políticas de ação afirmativa, tais como: convidou os estudantes para participarem do Centro de Convivência Negra (CCN) e para se integrarem ao Programa Brasil Afroatitude, desenvolvendo pesquisas e/ou atividades de extensão, segundo Costa (2022).

Apesar dos importantes resultados, segundo a UnB (2013), na perspectiva do modelo adotado anteriormente pela universidade, o modelo atual do sistema de cotas é um retrocesso parcial na luta pela inclusão étnica racial no ensino superior, pois boa parte da reserva de vagas para negros no sistema atual depende da condicional de renda e origem escolar. Dessa forma, ao aderir exclusivamente à Lei de Cotas, a UnB retrocede em relação ao objetivo do Plano de Metas traçado em 2003: a inclusão plena e irrestrita da população negra.

Foi confirmada a importância dessa política no ingresso dos alunos beneficiários das cotas raciais na UnB. No entanto, algumas propostas definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em relação ao Plano de Metas, não foram integralmente cumpridas. Além das dificuldades enfrentadas pelos egressos, tais questões serão apresentadas nesse artigo. O sistema de cotas da UnB garantiu a inclusão racial e refletiu diretamente na formação e no acesso desses egressos ao mercado de trabalho, além de ser, ele mesmo um marco da democratização do ensino superior nacional.

Para o alcance efetivo dos resultados dessa pesquisa, faz-se necessário apresentar o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da UnB. Em seguida, abordamos a Lei nº 12.711/2012 e as desigualdades existentes no mercado de trabalho. Esta última parte foi construída a partir das informações do número de alunos formados e desligados durante os anos de 2014/1 a 2019/2. Estes dados foram levantados e disponibilizados pela Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA/UnB). Por fim, apresentamos os dados primários coletados a partir de questionários encaminhados aos egressos cotistas da UnB que apresentam, também, o posicionamento e vivências destes no mercado de trabalho.

Sendo assim, este artigo ressalta a importância da permanência da Lei de Cotas e de possíveis melhorias desta política pública, uma vez que seus resultados ainda são insuficientes no quesito das metas traçadas pela própria política. É importante rever a Lei de Cotas para sanar suas falhas, garantir seus avanços e redesenhar seus instrumentos de aplicação.

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 2.1 Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e o acesso à Universidade de Brasília

O acesso à educação é um dos fatores mais importantes na formação do indivíduo para com a sociedade, além de ser um dos requisitos principais para o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Para grandes autores como Darcy Ribeiro, a educação é um meio de transformações. Dessa forma, é importante analisar de que forma as oportunidades educacionais na UnB auxiliam a população negra e quais são os efeitos gerados no mercado de trabalho para estes jovens.

Como dissemos anteriormente, a educação é de suma importância para a sociedade, em especial, para a população negra que se esforça para alcançar o ensino superior. Sobre o acesso à universidade pública, há diversos fatores que impedem a população negra e outras minorias a ocuparem os bancos acadêmicos. Entre as dificuldades impostas temos a baixa qualidade do ensino médio público, que dificulta a realização qualitativa dos exames de ingresso – e é na escola pública que estuda uma grande parte da população negra. Temos ainda o elevado índice de repetência e evasão, e a exclusão histórica dessa comunidade ao acesso à educação e à renda, forçando os jovens a dividir o tempo de estudo com o trabalho, ou a desistir da sua formação educacional.

Essa disparidade no acesso à educação tem se mantido ao longo dos anos, afetando o ingresso da população negra às universidades. Esse reflexo na desigualdade se estendeu à UnB. Segundo Carvalho e Segato (2004), a universidade apresentava níveis muito altos de desigualdade de ingresso entre alunos negros e brancos e a exclusão dessa minoria era evidente nos corredores de uma universidade branca e elitista antes de 2004.

A discussão para a adoção do sistema de cotas na UnB surgiu a partir de dois fatores: dados de 2002 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentaram o retrato da desigualdade racial na sociedade brasileira, principalmente nas universidades federais, e o caso Ari, em 1998. Arioaldo, o primeiro estudante negro de doutorado do curso de antropologia da UnB. Ari foi também o primeiro estudante negro reprovado em disciplina de doutoramento. É preciso ressaltar, como detalha o professor Jorge Carvalho (2005), em 20 anos, na disciplina em questão, ninguém tinha sido reprovado. O primeiro estudante reprovado na disciplina obrigatória era justamente o Ari, um estudante negro.

De acordo com pesquisas realizadas, nos anos 2000, a porcentagem de estudantes pretos e pardos na instituição era inferior a 1% e, ainda de acordo com Carvalho (2004), antes da implementação das cotas raciais a porcentagem de negros na UnB não passava dos 3%.

A aprovação do sistema de cotas na UnB não se deu em contexto tranquilo. Ao contrário, as discussões iniciadas pelo “Caso Ari”, em 1998, foram alimentadas nos anos seguintes até chegar na aprovação do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. Os conflitos e as resistências eram maiores entre os docentes.

Com o intuito de alterar o cenário de desigualdade presente, a UnB se tornou a pioneira na implementação de cotas raciais em seu sistema de ingresso. Após um longo período de discussões, o Cepe da UnB aprovou, em junho de 2003, o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial.

Do Caso Ari à aprovação do Plano, Romão de Siqueira (2004) descreve três períodos de constantes e ininterruptos embates: a) proposição (1999 a 2000): os professores elaboradores do Plano de Metas apresentaram sua proposta inicial ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB (NEAB/CEAM/UnB). Dúvidas e reações negativas não deixaram de existir. Os autores dos planos sofreram retaliações e tentativas de silenciamento em seu departamento; b) disseminação e discussão (2000 a 2001): o debate ganha força à medida que a luta de Ari deixa de ser um simples pedido de revisão de nota e ultrapassa as paredes do departamento. O caso passa a ser universitário e associado a situações semelhantes dentro da universidade e fora dela. Alianças para o desenvolvimento de projetos foram articuladas entre as universidades federais do Maranhão, do Rio de Janeiro, do Paraná e de Brasília. Com a preparação da equipe brasileira que iria para a Conferência de Durban, as questões de raça e racismo ganham destaque nacional; c) consolidação e aprovação (2002 a 2003): a discussão já se encontrava consolidada e ampliou-se o processo para sua politização, buscando alianças para que a votação no Cepe lograsse êxito. Discussões de raça não se encontravam somente referentes à ausência de discentes negros na UnB, mas também de docentes. Grupos de estudo e apoio foram criados, como o EnegreSer.

O Plano de Metas, elaborado pelos professores do Departamento de Antropologia da UnB (DAN/ UnB) como resposta à reprovação de Ari, foi aprovado em 2003 e contou com três principais pontos: a) a disponibilização de 20% das vagas do vestibular da UnB para estudantes negros e a reserva de um pequeno número de vagas para indígenas; b) programa de apoio, em parceria com as escolas públicas de ensino médio do Distrito Federal, para alunos de baixa renda; c) a criação de bolsas para a manutenção e permanência dos ingressantes indígenas, negros e de baixa renda na UnB.

Esse sistema de ingresso começou a vigorar a partir do segundo semestre de 2004. A implementação da política pública de cotas raciais contou com atores fundamentais que contribuíram para esse avanço na UnB. Os professores do DAN/UnB, José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, foram os responsáveis por incentivar e elaborar o Plano de Metas.

Foi estabelecida uma importante e fundamental diretriz para a aprovação do plano: criou-se uma comissão responsável pelo acompanhamento da política, a Comissão de Implementação do Plano de Metas

(CIPM), constituída pelo Cepe. A professora Dione Oliveira Moura, próxima à reitoria (Siqueira, 2004), foi indicada pelo Cepe como relatora do projeto de ações afirmativas e presidente da CIPM.

Segundo o mesmo autor, o contraponto da CIPM foi sua constituição integralmente com membros do Cepe, sem experiência com a temática. Nenhum outro docente ou discente que esteve envolvido com o processo de discussão, elaboração e aperfeiçoamento do Plano de Metas foi convidado a compor a CIPM – o que resultou em dificuldades de detalhamento e implementação do Plano ao longo dos anos. Um dos principais pontos relaciona-se ao público que deveria ser beneficiado dos 20% das cotas, qual seja: negros (pretos + pardos). A preocupação estava centrada na possibilidade de fraudes e nas maneiras de impedi-las.

Conforme mencionado pela repórter Débora Brito (2018) no site da Agência Brasil, durante a implantação das cotas na UnB no primeiro ano de adoção desse sistema, houve um ingresso de 376 estudantes negros beneficiados pelo programa. Essa conquista positiva era claramente visível nos espaços acadêmicos da universidade. Paralelamente, o estudo apresenta informações divulgadas em uma matéria escrita por Luíza Garonce e Carolina Cruz através do G1 em 2020, realizada com base em uma pesquisa social da UnB que apontava que a proporção de cotistas na instituição tinha crescido de 10%, em 2003, para expressivos 48,7%, em 2020.

Apesar dos avanços no ingresso de estudantes negros, a representatividade desse grupo ainda é limitada entre os professores da UnB. Houve um aumento no número de docentes negros, contudo esse percentual de autodeclarados negros é baixo, com apenas 21% dos 636 professores. Essa discrepância evidencia que os professores negros ainda possuem dificuldades de aprovação no processo seletivo, bem como sugere que devemos observar atentamente o processo de escolha promovido pelos departamentos.

A criação do Plano de Metas também previu o acompanhamento acadêmico e psicossocial para os ingressantes cotistas e indígenas. Além disso, estabeleceu o caráter social para as escolas públicas, com o objetivo de acompanhar alunos do ensino médio de baixa renda e promover um ensino de qualidade apoiado na permanência desses estudantes.

Foram dez anos de implementação do Plano de Metas. Após esse período, havia o planejamento de sua avaliação. A avaliação ocorreu com a implantação da Lei nº 12.711/2012. Segundo Bernardino-Costa e Borges (2021, p. 5), as avaliações do Plano de Metas ocorreram no Consuni e, de certa forma, foi considerada um freio no “avanço de Políticas de Ações Afirmativas centradas unicamente no quesito racial”. A universidade aderiu à Lei de Cotas, implementando-a no primeiro vestibular de 2013.

Este estudo também apresenta dados coletados pela própria universidade durante os dez primeiros anos da política de cotas. De acordo com a matéria da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom/UnB), o sistema de cotas possibilitou o aumento dos ingressantes na universidade, mirando a redução do racismo e a forma que ele afeta e distorce as questões socioeconômicas da sociedade, além de garantir o acesso ao ensino superior e à qualificação profissional pela população negra (Veloso, 2018). Além disso, a UnB (2013) concluiu que os primeiros anos da implementação desse sistema trouxeram resultados positivos, afirmando o acerto em escolher esse caminho e a necessidade de se manter a política pública de inclusão social e racial.

Os dados disponibilizados pela UnB (2013) revelam que o aumento do ingresso de estudantes negros através do sistema de cotas também resultou em um crescimento no número de alunos formados. Durante o período de 2004/2 a 2012/2, os alunos cotistas representaram 18,5% do número total de formados. Ao analisar esses dados, fica evidente o progresso significativo da inclusão racial e social na UnB, permitindo que esses estudantes se formem e se qualifiquem para a área profissional. Esses avanços refletem o compromisso da instituição em promover equidade e oportunidades para todos os seus alunos, independentemente de sua origem étnica ou social.

Outro ponto importante abordado durante o estudo foi o apoio à permanência para esses estudantes, já que a manutenção desses alunos é de suma importância. É interessante frisar que boa parte dos estudantes, ao ingressar na universidade, estão suscetíveis a diversas desigualdades presentes na sociedade, principalmente no que se diz respeito às condições socioeconômicas. Visando combater essas desigualdades, o Plano de Metas para a Integração social, Étnica e Racial incluiu o apoio à permanência a esses estudantes:

1. A Universidade de Brasília aloca bolsas de manutenção para os estudantes indígenas e para aqueles estudantes negros em situação de carência, segundo os critérios usados pela Secretaria de Assistência Social da UnB. 2. A UnB, em parceria com outras instituições como a FUNAI, propiciará moradia para os estudantes indígenas. Além disso, concederá preferência nos critérios de moradia para os estudantes negros em situação de carência (Carvalho, 2004, p. 55).

A preocupação em manter esses estudantes na universidade é um fator essencial para que a política de cotas alcance o seu objetivo: a formação desses alunos para alcançarem melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O estudo realizado pela UnB, em 2013, avaliou os resultados iniciais da implementação da política de cotas. Durante o período de 20 de maio de 2013 a 9 de junho de 2013, foi aplicado um questionário aos alunos que se formaram e que foram beneficiados pelo sistema de cotas na instituição. Dentre as questões, foram avaliados alunos beneficiados por bolsas, de acordo com os resultados da pesquisa, 51% dos formados receberam algum tipo de bolsa e 49% não tiveram acesso ao apoio permanência.

Os dados apresentados evidenciam que boa parte dos alunos tiveram acesso ao apoio permanência na universidade. Nesse sentido, a implementação da política de cotas na UnB combinada com a política de apoio permanência resultou em avanços na promoção da inclusão racial.

Portanto, a implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, foram essenciais para o combate às desigualdades presentes na educação superior. Apesar disso, o estudo realizado apresenta algumas propostas que não foram totalmente cumpridas pelo Cepe:

1. Segato relata na entrevista dada a Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília - SECOM/UNB que ao realizar a proposta da política de cotas sugeriu-se monitorar a implementação a cada ano, com o intuito de avaliar a forma de execução e assim trazer melhorias para o funcionamento da política, o que não aconteceu;
2. Ainda, segundo Segato na entrevista realizada pela Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília - SECOM/UNB, a previsão da criação da comissão psicopedagógica, a ouvidoria especializada, para atender os alunos acerca dos problemas de discriminação e exclusão na universidade também não foram implementadas;
3. Segundo a avaliação realizada pela Universidade de Brasília em 2013 ao sistema de cotas, após 10 anos da sua implementação, a interrupção desse sistema impediria a inserção racial em sua plenitude, tanto de forma numérica como de inclusão, como foi proposto pelo plano de metas;
4. De acordo com a UnB (2013), o ingresso pelo sistema PAS ficou excluído do sistema de cotas, afetando a porcentagem estabelecida pelo plano de metas de 20%. Com essa exclusão, a UnB implementou ao longo dos 10 anos apenas 15% de reserva de vagas para o sistema de cotas (Sousa, 2022, p. 33).

O estudo realizado no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido pelas autoras, concluiu que a implementação do Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial foi um marco para a democratização do ensino superior na UnB. Apesar das dificuldades enfrentadas pela universidade, a instituição se manteve firme e se tornou uma referência no modelo de sistema de cotas adotado por ela.

É importante ressaltar que, até a sanção da Lei nº 12.711 em 2012, a UnB adotava um sistema de cotas que reservava 20% das vagas para estudantes negros e uma pequena porção para indígenas. Os candidatos tinham a opção de ingressar através do vestibular tradicional ou do Programa de Avaliação Seriada (PAS). Esse sistema de cotas perdurou na UnB até o surgimento da Lei nº 12.711/2012, que possibilitou a expansão das cotas para as demais universidades e institutos federais de ensino superior.

Após a sanção da Lei de Cotas, de acordo com o estudo e na perspectiva do modelo adotado anteriormente pela universidade, o modelo atual do sistema de cotas é um retrocesso parcial na luta pela inclusão étnica e racial no ensino superior, pois boa parte da reserva de vagas para negros no sistema atual depende da condicional de renda e origem escolar (UnB, 2013). O primeiro modelo instituído pela UnB garantia a inclusão plena e irrestrita da população negra.

## 2.2 A Lei de Cotas

O debate sobre a Lei de Cotas no Brasil emerge de um contexto histórico e social permeado por disparidades educacionais e étnico-raciais. Nesse cenário, a amplificação dos debates sobre as desigualdades raciais, com foco na inclusão no ensino superior, culminou na proposição de um projeto de lei destinado a assegurar os direitos de acesso à essa esfera educacional para a população negra. De acordo com o autor Renato Emerson:

Essa difusão da discussão racial, articulada à problemática da inclusão no ensino superior, criou um contexto no qual se fortaleceu a ideia da construção de políticas públicas voltadas para o acesso qualificado de negros na universidade, o que veio a culminar na criação de políticas de reserva de vagas para negros hoje um debate nacional (Santos, 2006, p. 21).

Antes da aprovação da Lei de Cotas, no final de 2004, ano da implementação do Plano de Metas da UnB, havia 14 universidades públicas com políticas de cotas raciais voltadas para negros já aprovadas, em todas as regiões do país (Santos, 2006). As universidades que adotaram esse sistema através de conselhos e decisões internas, também foram essenciais para a implementação da Lei de Cotas, à exemplo a Uerj e a Uneb, consideradas pioneiras na adoção da política afirmativa.

Assim, a Lei nº 12.711 foi aprovada em 29 de agosto de 2012, como uma política pública de ação afirmativa na educação superior. Com a promulgação da lei, ficou determinado que as instituições federais de educação superior devem destinar 50% das vagas aos estudantes provenientes de escolas públicas, levando em consideração critérios de renda e raça, e manter 5% das vagas, exclusivamente, para candidatos autodeclarados negros.

Em 2012, a UnB passou por alterações substanciais em seu sistema de cotas raciais em resposta à promulgação da Lei nº 12.711/2012. Segundo dados do jornalista Vítor Mendonça, do Jornal de Brasília (Mendonça, 2022), o ano de 2013 marcou a realização do primeiro processo seletivo da UnB sob a nova legislação. Apesar de apresentar uma configuração diferenciada em relação ao sistema previamente adotado pela UnB, a Lei de Cotas revelou-se uma política crucial para fomentar a inclusão da população negra, parda e indígena nas instituições federais de ensino.

É importante ressaltar que a UnB foi um dos importantes atores para as ações que determinaram a sanção da Lei de Cotas, mas não o único e nem o mais importante ator. O que houve foi a soma de lutas, de experiências e da adesão de muitas universidades públicas na construção do sistema. A UnB se tornou protagonista nacional ao adotar o sistema de cotas para

PPI. Na sequência, a pauta da constitucionalidade desse sistema na universidade entrou em debate no STF em 2010 (UnB, 2013).

A democratização da educação no ensino superior se estendeu para as demais universidades federais após a implementação da Lei de Cotas. Essa mudança generalizou as cotas para escola pública e fixou subcotas para PPI com os duplos condicionantes de renda e de origem escolar (UnB, 2013). De acordo com a Lei nº 12.711/2012:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2012a).

A partir de agora, as universidades e os institutos federais de ensino superior reservam 50% de suas vagas para estudantes provenientes de escolas públicas. Uma parte dessas vagas é destinada aos alunos de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Além disso, há preferência para a ocupação dessas vagas por Pessoas Com Deficiência (PCDs) e aqueles que se autodeclaram pretos, pardos e/ou indígenas, conforme as regras estabelecidas pelo IBGE.

Essa nova porcentagem difere da taxa anterior de 20% que a UnB havia imposto com base no Plano de Metas e na reserva exclusiva de vagas para estudantes negros. Agora, o cenário é mais amplo e abrange uma maior diversidade de grupos sociais, visando a promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária. Nesse sentido, com a implementação da Lei nº 12.711/2012 nas instituições federais, fica evidente a ampliação e inclusão de estudantes negros no acesso ao ensino superior. Essa legislação trouxe avanços significativos, promovendo maior diversidade e igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

A Lei de Cotas é regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012. Conforme informações do Ministério da Educação (MEC) (2012b), esse decreto estabelece as condições gerais para a reserva de vagas, define a metodologia para o acompanhamento dessas reservas e estipula as regras de transição para as instituições de ensino superior. Além disso, existe a Portaria Normativa nº 18/2012, emitida pelo MEC, que também é relevante para a aplicação da lei. É

importante ressaltar que essa legislação se aplica tanto aos vestibulares tradicionais quanto ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), abrangendo ambos os métodos de ingresso nas instituições de ensino superior.

A permanência nas universidades também é uma preocupação. Consequentemente, no mesmo ano de implementação da Lei nº 12.711/2012, o MEC reforçou a política de assistência estudantil por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Esse programa foi implementado para proporcionar suporte e apoio financeiro aos estudantes, garantindo uma maior igualdade de oportunidades no ensino superior e fortalecendo o acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os avanços na inclusão da população negra na UnB, a partir do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial e o surgimento da Lei de Cotas são perceptíveis. Além de ser uma das instituições pioneiras na implementação do sistema de cotas, a UnB se tornou uma referência para a sanção da Lei de Cotas. De acordo com a repórter Carolina Pimentel (2023) da Agência Brasil, desde 2004, o primeiro ano da implementação da política pública, 38.042 estudantes ingressaram na UnB através desse sistema. Nesse sentido, pode-se observar uma universidade focada em combater a desigualdade racial presente na educação superior, além da construção de um ambiente diverso e inclusivo.

É importante destacar uma entrevista dada à Secom/UnB, pelos professores responsáveis pela criação do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial, Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho, do DAN/UnB. De acordo com eles,

há muito a comemorar com os avanços proporcionados pela política de cotas, no entanto, ainda enfrentamos desafios para sua consolidação. Estes desafios incluem a necessidade de combater fraudes, estender as cotas para a pós-graduação e para a seleção de docentes, além de incluir disciplinas acadêmicas que abordem os saberes da população negra (Veloso, 2018).

Essas questões se estendem para várias universidades que adotam o sistema de cotas.

Além dos problemas internos da política em si, há diversos fatores externos que afetam significativamente os alunos, especialmente decorrentes das desigualdades socioeconômicas. Essas disparidades precisam ser enfrentadas para garantir a efetiva inclusão e igualdade de oportunidades no ensino superior para todos os estudantes beneficiados.

Em 2020, a universidade deu mais um passo importante em direção à inclusão na instituição: a política de cotas foi estendida para a pós-graduação. Foi deliberado 20% das vagas de cada edital para candidatos negros e ao menos uma vaga adicional em todas as seleções de *stricto sensu* para indígenas e quilombolas (Pimentel, 2023). A implementação das cotas para

a pós-graduação entrou em vigor no primeiro semestre de 2021 e outras discussões acerca da reserva de vagas para docentes estão em andamento.

É importante ressaltar que, apesar dos resultados positivos alcançados pela UnB, a Lei de Cotas ainda não atingiu o seu objetivo principal: o combate pleno às desigualdades raciais existentes na educação superior. O racismo segue sendo estrutural na formação da sociedade que permitiu que, nos últimos anos, diversos direitos fossem negados por governos conservadores. O resultado foi a exposição social de um racismo exposto sem pudor de existir, expressado por muitas pessoas. Por isso, é necessário que a política de ações afirmativas se mantenha e se expanda na sociedade brasileira e, também, seja combinada com outras políticas públicas, para que a convivência com a diferença possa permitir uma naturalização das aproximações humanas juntamente com a garantia de direitos, em especial o direito à educação e à ocupação de postos de trabalhos com equidade.

### **2.3 A desigualdade no mercado de trabalho**

Nos tópicos anteriores foram abordados a importância da implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial na UnB e a sanção da Lei nº 12.711 em 2012, além disso, também foram apresentados os avanços e resultados positivos dessas políticas públicas para a inclusão racial nas universidades federais, em especial a UnB. Nessa perspectiva, esse sistema tem se mostrado eficaz, uma vez que o número de estudantes negros ingressantes vem aumentando ao longo dos anos, tornando as universidades mais diversas e inclusivas.

Apesar do surgimento de várias políticas públicas de combate à desigualdade racial, é importante entender que ainda há diversos fatores que reproduzem essa desigualdade na sociedade brasileira. A educação ganha destaque, afetando diretamente outras importantes dimensões, como o mercado de trabalho, assim:

A exclusão socioeconômica a que está submetida a população negra produz perversas consequências. De um lado, a permanência das desigualdades raciais naturaliza a participação diferenciada de brancos e negros nos vários espaços da vida social, reforçando a estigmatização sofrida pelos negros, inibindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais e impedindo o usufruto da cidadania por parte dessa parcela de brasileiros à qual é negada a igualdade de oportunidades que deve o país oferecer a todos (Jaccoud; Beghin, 2002, p. 37).

Neste tópico, devemos nos perguntar qual a relação em discutirmos o acesso e a permanência no ensino superior com a temática do artigo e da pesquisa. À medida que os/as estudantes cotistas encontram dificuldades de permanecer no curso ou de concluí-lo, uma máxima da educação elitista se expressa: uma educação para a manutenção da ordem vigente

(Mészáros, 2006). Uma ordem vigente capitalista que precisa de mão de obra barata, que não é capaz de contestar sua realidade e que permanece onde está. Dessa maneira, a educação tratada como serviço de elite excluiu historicamente a população negra do acesso à educação e tratou o ensino superior como exclusivo à população branca.

Analisarmos o atual acesso e permanência de estudantes negros ao ensino superior é importante para entendermos a possibilidade subversiva do sistema de cotas em se contrapor ao sistema capitalista, e voltar a educação para a prática da liberdade e da democracia. Não acreditamos haver possibilidade de democracia sem que a equidade e justiça social para a população negra seja garantida.

A formação em educação de nível superior desse grupo social pode permitir melhorias na empregabilidade e no acesso ao mercado de trabalho. Afinal, a educação deve garantir “estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (Mészáros, 2006, p. 65). É o que esperamos ver com estudantes negros concluintes do ensino superior, uma vez que a história econômica do Brasil é marcada pelo trabalho escravo e pela subjugação dos indivíduos negros.

Estes foram submetidos a condições desumanas. A população negra passou por diversas situações de trabalho em condições precárias, com a falta de remunerações e de direitos trabalhistas. Apesar da abolição da escravatura há quase 133 anos, a discriminação e a desigualdade racial ainda se encontram presentes no mercado de trabalho.

Diante desse contexto histórico, os setores econômicos com as piores condições laborais em termos de salário, direitos trabalhistas e de estabilidade contam com a mão de obra de uma grande parcela da população negra. Assim, a taxa de subutilização entre pretos e pardos é de 28%, enquanto entre brancos, o percentual é de 18,8% – como apontam as pesquisas do IBGE de 2019. De acordo com o IBGE (2019), a desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando é considerado o recorte por nível de instrução. Entre pessoas com superior completo ou mais, a taxa de subutilização de negros era de 15% e, entre brancos, era de 11,5%.

Já a diferença de salário médio chega a 73%, com destaque para os homens brancos, que têm vantagem quando comparados às mulheres brancas e às mulheres e aos homens pretos e pardos. De acordo com o IBGE (2019), o recorte em categorias de rendimento, segundo o tipo de ocupação, revelou que, tanto na ocupação formal como na informal, pessoas pretas ou pardas receberam menos do que pessoas brancas.

Vale ressaltar que, como foi anteriormente dito, a educação é um dos principais meios de contribuir para melhores oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, é possível observar que a reprodução da discriminação e da desigualdade social dos meios educacionais, assim como no ensino superior, reflete diretamente no mercado de trabalho. Esta é uma das razões que explicam porque a população negra brasileira tem feito pouco progresso em relação às profissões de maiores prestígios no meio social.

Os dados apontados apresentam a diferença no modo de inserção da população negra no mercado de trabalho, como também, a falta de uma educação básica de qualidade. Ambos afetam de forma desigual as diversas dimensões da sociedade, mas quando combinados, destroem o futuro de grupos impedidos de acessá-los com qualidade. Assim, os instrumentos de políticas públicas de combate a essas desigualdades servem para amenizar e diminuir essa desigualdade entre as raças.

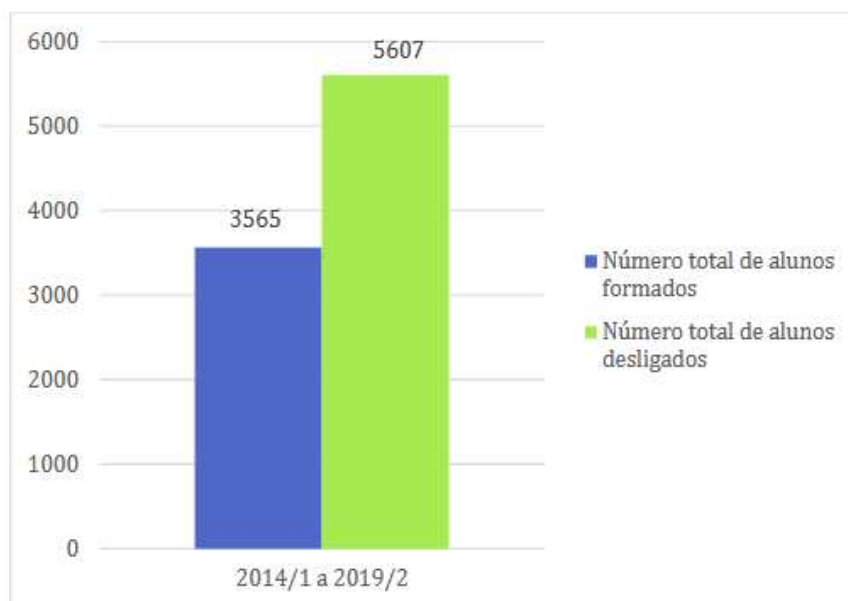
É a partir desse cenário que houve uma preocupação em saber como os egressos cotistas da UnB estavam lidando com o mercado de trabalho. Inicialmente, a pesquisa se preocupou em verificar a permanência desses alunos cotistas na UnB e o seu egresso para atuar no mercado e trabalho. Mas antes, é importante compreender se os alunos cotistas estão alcançando o diploma da graduação.

Para a verificação dessas variáveis, foi solicitado junto à SAA/UnB o número de alunos formados e desligados durante os anos de 2014/1 a 2019/2. De acordo com o estudo, os anos escolhidos dão margem para que os estudantes tenham se formado e já estejam atuando no mercado de trabalho; além disso, a análise poderá contribuir para futuras pesquisas sobre o tema com dados extraídos recentemente. Os dados foram analisados e organizados através de gráficos.

Conforme a imagem a seguir, o Gráfico 1, extraído da pesquisa, demonstra a diferença entre a relação total de estudantes cotistas formados e desligados da UnB nos anos de 2014/1 a 2019/2. Assim, o número de ingressantes por meio de cotas raciais e formados foi menor (38,86%) do que o número de alunos desligados (61,13%).

Gráfico 1: Quantidade total de alunos beneficiários das cotas raciais formados e desligados – 2014/1-2019/2

**Gráfico 4 - Quantidade total de alunos beneficiários das cotas raciais formados e desligados nos anos de 2014/1 a 2019/2**



Fonte: Sousa (2022, p. 45).

A conclusão diante do gráfico apresentado é que o desligamento dos alunos ingressantes por meio das cotas raciais na UnB pode ser atribuído a fatores tanto externos quanto internos. Embora a evasão estudantil seja um problema recorrente em várias universidades brasileiras, é crucial conduzir pesquisas e investigações para compreender os motivos reais que levam esses estudantes a serem desligados de seus cursos. Identificar e compreender esses fatores é fundamental para implementar medidas eficazes de suporte e retenção dos alunos cotistas, assegurando que possam concluir suas formações acadêmicas com êxito. Assim:

De acordo com dados já apresentados neste trabalho, apesar do bom desempenho em relação aos índices acadêmicos, grande parte dos alunos cotistas precisam de apoio social, psicológico e financeiro para se manter na universidade. É importante também, que haja um currículo que permita que eles consigam se ambientar em seus cursos, já que pelas desigualdades raciais existentes na sociedade, são os alunos que mais estão em desvantagens em relação aos níveis sociais (Sousa, 2022, p. 45).

Vale ressaltar que a evasão no ensino superior não é um problema recorrente apenas dos estudantes cotistas. De acordo com o Inep (Brasil, 2021), a taxa de evasão no ensino superior chega a quase 60% em instituições públicas e privadas. Desse modo, o combate à essas altas taxas devem ser combinado com políticas públicas de assistência aos estudantes.

Além disso, é importante que a política de cotas passe por um monitoramento para que encontre soluções para os problemas relacionados à evasão dos estudantes cotistas, já que mais

importante do que o acesso do cotista à universidade é a conclusão do curso escolhido para uma posterior entrada no mercado de trabalho. Apesar desse cenário, é fundamental destacar o significativo número de alunos cotistas que alcançaram a formação acadêmica ao ingressar na UnB por meio das cotas sociais e raciais. Ao todo, 3.565 alunos foram formados, representando 38,86% do total. Essa estatística ressalta a importância contínua da política de cotas para superar desigualdades na educação do ensino superior e permitir que esses estudantes avancem e ocupem espaços relevantes no mercado de trabalho. A política de cotas demonstra seu papel essencial na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades, impulsionando o desenvolvimento profissional e social desses estudantes.

#### **2.4 Egressos cotistas da Universidade de Brasília e o mercado de trabalho**

O acesso à educação por meio de cotas representa um avanço significativo na promoção da igualdade, oferecendo oportunidades a grupos excluídos historicamente. Para o cotista, o percurso do ensino médio ao mercado de trabalho é uma jornada marcada por desafios e conquistas. Assim, mostrou-se necessário explorar pontos importantes para o acesso do cotista ao mercado de trabalho. Nos tópicos a seguir, serão apresentadas as etapas essenciais para o objetivo principal: o acesso do cotista ao ensino médio e ao mercado de trabalho.

Em Brasília, o estudante negro pode entrar na UnB por dois meios, atualmente: pelo PAS, um processo seletivo realizado ao longo dos três anos do ensino médio; pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) exame realizado nacionalmente ao final do ensino médio e o tradicional vestibular realizado pela própria UnB. Ter uma boa formação no ensino médio qualifica o estudante a uma vaga no ensino superior.

#### 2.4.1 O acesso à Universidade de Brasília a partir do ensino médio

O acesso ao ensino médio é um período decisivo para o avanço dos estudantes ao ensino superior e, conseqüentemente, o seu egresso para atuação no mercado de trabalho. Assim, o contato do aluno com orientações acerca das cotas raciais e o acesso ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica torna-se essencial para a percepção desses estudantes enquanto negros na sociedade. Essas temáticas proporcionam uma compreensão mais profunda dos espaços que eles precisam ocupar. Ao abordar esses assuntos, os alunos são capacitados a valorizar sua identidade, história e cultura, permitindo que se reconheçam como parte importante da sociedade e contribuam de forma significativa para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Para verificar esse tópico, foi realizada uma pesquisa através de um questionário disponibilizado *on-line* para os alunos egressos da UnB no período de 2014/1 a 2019/2. Inicialmente, o questionário abordou questões acerca de orientações para a utilização das cotas raciais; o ensino sobre a história da cultura afro-brasileira; e, por fim, a influência desse conteúdo no ingresso do estudante na universidade.

No total, 12 egressos da UnB participaram do questionário. Em suas respostas, pode-se concluir que:

Nesse primeiro tópico pôde-se observar que no período escolar que antecede o ingresso dos alunos cotistas da Universidade de Brasília, 8 desses alunos não receberam orientações acerca das cotas raciais, em contrapartida, apenas 4 receberam orientações sobre as cotas raciais. Além disso, grande parte dos egressos não tiveram acesso ao ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e africana no ensino médio, representando 10 participantes, enquanto apenas 2 desses formandos tiveram o acesso ao ensino da história a cultura afro-brasileira e africana no ensino básico. Apesar disso, 10 participantes responderam que tiveram acesso a informações por outros meios, como a internet, livros e revistas e apenas 2 não tiveram nenhum acesso a esse tipo de conteúdo (Sousa, 2022, p. 55).

É evidente a necessidade de reforçar nas escolas de ensino básico a importância de repassar orientações sobre o sistema de cotas e promover o acesso ao ensino da história da cultura afro-brasileira e africana a todos os estudantes. De acordo com as respostas do questionário, cinco dos egressos consideraram que o conteúdo sobre a história da cultura afro-brasileira e africana teve uma influência significativa em seu ingresso na UnB, cinco responderam que teve uma influência menor e dois consideraram o conteúdo indiferente.

Esses dados reforçam que tais conteúdos têm um papel transformador e influente na vida desses estudantes, uma vez que a compreensão e valorização dessas temáticas durante a educação básica os auxiliam a tomar consciência de sua importância e contribuem para sua formação cidadã. Portanto, é essencial fortalecer o ensino dessas questões nas escolas, para que

os alunos possam reconhecer sua própria história e cultura, além de promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

Em suma, reconhecer e valorizar a importância do estudante negro no ensino médio é um passo significativo na promoção da igualdade de oportunidades. Ao proporcionar um ambiente educacional inclusivo e de qualidade, serão construídas bases para um ensino superior mais diversificado e um mercado de trabalho mais equitativo, beneficiando não apenas os estudantes negros, mas toda a sociedade.

#### **2.4.2 O acesso à Universidade de Brasília**

Na segunda parte do questionário aplicado, buscou-se compreender a trajetória dos alunos ingressantes por meio das cotas raciais na UnB. Nesse tópico, foi questionado acerca do ensino de disciplinas sobre a temática racial durante a graduação, além disso, foi questionado se o ingressante teve algum tipo de apoio institucional de permanência, se o aluno sofreu algum tipo de racismo e, ainda, se ele teve contato com algum professor negro durante a graduação. Além dessas questões com respostas fechadas, com o objetivo de compreender de forma mais clara a trajetória desses alunos como cotistas da UnB, foi solicitado que os participantes da pesquisa descrevessem de forma sucinta suas experiências acadêmicas durante o período da graduação.

Neste tópico, destacam-se importantes observações. De acordo com as respostas, o ingresso dos alunos ao ensino superior, especialmente na UnB, proporcionou novas experiências na construção da trajetória acadêmica dos estudantes negros. Diferente das respostas em relação ao acesso ao ensino sobre a história da cultura afro-brasileira e africana na educação básica – em que apenas dois dos 12 participantes da pesquisa tiveram acesso a esse ensino –, ao ingressar na UnB, o cenário se modifica, com nove dos participantes da pesquisa cursando alguma matéria de temática racial, enquanto somente três não tiveram acesso a matérias dessa temática.

É relevante ressaltar que, dentre os alunos que cursaram matérias de teor racial, oito afirmaram que a disciplina não fazia parte de sua grade curricular, enquanto apenas um participante afirmou que fazia parte. Isso enfatiza a importância da reestruturação curricular dos cursos da UnB, com o objetivo de incluir disciplinas de teor racial, permitindo que todos os alunos possam ter acesso a essa temática diretamente em suas grades curriculares. Isso contribui para uma formação mais abrangente e inclusiva, com uma compreensão aprofundada da história e cultura afro-brasileira e africana.

Em 2018, o CEAM/UnB observou a necessidade em aprofundar os estudos das relações raciais no Brasil na UnB. Nesse sentido, optou por ofertar a disciplina “Cultura, poder e relações raciais” com o objetivo de contemplar temas como racismo institucional, intelectualidade negra, ações políticas, entre outros (Marinho, 2018). De acordo com a historiadora Majorie Chaves, uma das responsáveis por administrar a disciplina, essa temática é fundamental para promover a prática pedagógica crítica como um mecanismo de transformação social (Marinho, 2018). Além da importância de abordar disciplinas com as temáticas raciais há também o fator da representatividade por professores negros no espaço universitário.

Em relação à percepção de representatividade de docentes negros na UnB, sete egressos responderam que tiveram apenas um professor negro, quatro egressos tiveram dois professores negros durante a graduação, e um respondeu que teve quatro ou mais professores negros durante esse período. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de uma maior efetividade e participação de professores negros no meio acadêmico. É importante garantir a diversidade e representatividade no corpo docente, para que os estudantes possam se identificar com seus professores e ter referências positivas em suas trajetórias acadêmicas.

No que diz respeito ao auxílio permanência, apenas três egressos tiveram acesso ao apoio institucional, enquanto nove não contaram com esse suporte. Portanto, é crucial que as informações acerca da disponibilidade desse auxílio cheguem até esses estudantes, a fim de que ele se torne um dos meios de apoio para a permanência na graduação, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades socioeconômicas.

Outro fator importante é o combate ao racismo no meio institucional. Sete dos participantes da pesquisa relataram ter sofrido racismo durante a graduação, um número preocupante. A universidade deve estar atenta a essas situações e tomar medidas para acionar sanções legais e combater esse tipo de comportamento inaceitável, promovendo um ambiente acadêmico seguro e respeitoso para todos.

### 2.4.3 O egresso da Universidade de Brasília e o acesso ao mercado de trabalho

O último tópico da pesquisa realizada teve como objetivo compreender o acesso do discente ao mercado de trabalho. Nesse sentido, foi apresentada a relação entre o ingresso por meio das cotas raciais na UnB e o acesso dos alunos formados ao mercado de trabalho. Assim, as perguntas nessa etapa do questionário foram realizadas com o objetivo de saber sobre a empregabilidade dos egressos, os efeitos da política de cotas na atual posição laboral, a questão sobre a dificuldade de encontrar emprego após a formação e se, através das cotas, foi possível o alcance de melhores oportunidades de emprego.

De acordo com as respostas coletadas, os egressos participantes da pesquisa, em sua maioria, trabalham atuando em sua área de formação. Após a conclusão do curso, oito dos 12 participantes encontraram dificuldades para encontrar emprego. Desse modo, pode-se concluir que, apesar das cotas raciais proporcionarem o acesso a uma educação de qualidade no ensino superior e a formação de profissionais, boa parte dos alunos cotistas ainda enfrentam dificuldades para serem inseridos ao mercado de trabalho (Sousa, 2022, p. 68).

O acompanhamento do egresso cotista da UnB é importante para a medição do impacto que os esforços da educação básica e da universidade possam ter gerado na vida dos formados. É de suma importância realizarmos a avaliação de políticas públicas com o objetivo de reformulá-las, bem como compreendermos o compromisso da universidade na formação de seus alunos cotistas.

É importante que a educação superior seja um meio para o alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho, uma vez que é nesta etapa da formação do indivíduo (formação pessoal e profissional) que se torna mais evidente o resultado dos processos educacionais, refletidos nas grandes desigualdades raciais expressas em ocupações laborais e salários discrepantes.

Como apresenta a resposta de um egresso, coletada através do questionário aplicado: “A UnB realmente abre portas e te confere autoconfiança. Hoje, tenho consciência de como estudar sobre cotas, me conhecer, me ajudou e me ajuda a me posicionar em inúmeras situações” (Sousa, 2022, p. 64).

Por fim, em sua maioria, os egressos responderam à pesquisa que o ingresso através das cotas raciais na UnB possibilitou melhores oportunidades de emprego e que há uma relação positiva entre o ingresso por meio das cotas raciais e o acesso ao mercado de trabalho. Apesar da relevância das cotas raciais para viabilizar o acesso da população negra à UnB e proporcionar melhores oportunidades no mercado de trabalho, é fundamental destacar que, ao ingressarem

no cenário laboral, esses estudantes ainda enfrentam outros obstáculos provenientes do racismo institucional.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar importantes momentos da implementação das cotas raciais na UnB, através do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e do surgimento da Lei nº 12.711/2012. Além disso, buscou-se apresentar a relação entre o ingresso na UnB por meio das cotas raciais, sua permanência nos cursos escolhidos e o acesso desses egressos ao mercado de trabalho. Foram utilizadas referências bibliográficas e dados coletados através de uma pesquisa realizada entre formados de 2014/1 a 2019/2 da UnB para o TCC.

Inicialmente, pode-se observar a importância da implementação da política pública de cotas na UnB através do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial. O surgimento dessa política pública foi um marco para a universidade e para a democratização do ensino superior, pois, através do sistema de cotas raciais, a UnB mudou o cenário de uma federal elitista para um ambiente inclusivo e diverso. Como ressalta o vice-reitor da UnB, Henrique Huelva, em uma entrevista dada à repórter Caroline Pimentel da Agência Brasil (Pimentel, 2023), “a adoção das cotas foi o primeiro passo para saldar uma dívida do país com a população negra, vítima de um processo de escravidão, uma das maiores atrocidades cometidas pela humanidade”. Ainda segundo o reitor, “o caminho é longo”.

Desde 2004, o primeiro ano da implementação da política, 38.042 estudantes entraram na universidade pelo sistema (Pimentel, 2023). O Plano de Metas tornou-se um referencial, mas apesar disso, algumas propostas definidas pelo Cepe, não foram integralmente cumpridas. Ressalta-se a importância de se acompanhar e monitorar uma política pública.

O surgimento da Lei de Cotas marca outro momento importante da política de cotas, a extensão desse sistema para as demais universidades federais do Brasil. A UnB se tornou uma referência nacional e contribuiu, em conjunto com as demais universidades pioneiras do sistema de cotas, com a implementação da lei. É indispensável apresentar a importância dos avanços que essa política proporcionou na inclusão da população preta e parda ao acesso às universidades públicas. Apesar disso, é importante ressaltar que a política pública ainda tem pontos importantes a serem melhorados, além da necessidade de ter como suporte políticas públicas de incentivo à permanência e de apoio à educação básica.

Após a fase de ingresso à universidade através das cotas raciais, é importante o apoio e incentivo à permanência para que esses estudantes consigam finalizar a sua graduação e possam atuar no mercado de trabalho. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa realizada através

do TCC, buscou compreender o período que antecede o ingresso do estudante à universidade, o período na universidade e o mais importante: o acesso desses egressos ao mercado de trabalho.

A princípio, houve a preocupação em verificar os egressos da universidade, por meio de uma solicitação junto à SAA/UnB dos estudantes formados e desligados entre os anos de 2014/1 a 2019/2. Tais dados coletados apresentaram que 3.565 alunos oriundos da cota para PPI e da cota para escola pública, de alta e baixa renda e PPI, se formaram na UnB, representando 38,86%, enquanto 5.607 de alunos oriundos das mesmas cotas acrescentado a conta para escola pública de alta e baixa renda PPI/PCD, foram desligados da UnB, representando 61,13% do número total. De acordo com a pesquisa, em nenhum momento o número de formados superou o número de alunos desligados. Assim, o problema de evasão na universidade precisa ser monitorado e apresentado uma solução. Apesar disso, é importante destacar a quantidade de alunos cotistas que se formaram durante os anos em questão.

Já no levantamento realizado no estudo, por meio da aplicação do questionário, revelou-se os efeitos positivos do ingresso dos estudantes na UnB e o acesso ao mercado de trabalho. Pode-se concluir que o acesso por meio das cotas raciais possibilita melhores oportunidades de emprego, e, desse modo, há uma relação positiva entre o ingresso por meio das cotas raciais e o acesso ao mercado de trabalho. De fato, a pesquisa apresentou que o acesso ao ensino superior, por meio das cotas raciais, possibilita melhores oportunidades no mercado de trabalho aos egressos cotistas da UnB.

Por fim, a implementação do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial e o surgimento da Lei de Cotas, foram e continuam sendo políticas públicas essenciais para combater as desigualdades presentes na educação superior brasileira. Estas são essenciais para o ingresso de alunos cotistas às universidades federais e refletem diretamente nas oportunidades alcançadas no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; BORGES, Antonádia. Um projeto decolonial antirracista: ações afirmativas na pós-graduação da Universidade de Brasília. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. e253119, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c5k3X36N7xVdWjLSbtksxWH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 6 jun. 2024.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2019**. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico:** Censo Escolar da Educação Superior 2021. Brasília, DF: Inep, 2021. Versão preliminar.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: 2012a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) . Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino superior:** entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. Brasília, DF: MEC/SEF, 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html#:~:text=%3A%3A%20Lei%20de%20Cotas%20para%20o%20Ensino%20Superior%20%3A%3A&text=Agora%2C%20todas%20as%20universidades%20e,Em%20tr%20C3%AA%20anos%20ser%20C3%A3o%2050%25> . Acesso em: 24 out. 2021.

BRITO, Débora. Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista. **Agência Brasil**, Brasília, 27 maio 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>. Acesso em: 24 out. 2021.

BRITO, Kátia Silene Souza de. O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras. *In:* MOURA, Dione Oliveira; SANTOS, Deborah Silva (org.). *Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB*. Brasília, DF: Editora UnB, 2022. p. 91-95.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil:** a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Uma proposta de cotas para negros e índios na Universidade de Brasília. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 9-59, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2656> . Acesso em: 10 dez. 2023.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. **Plano de metas de integração social, étnica e racial da UnB.** Brasília: UnB Notícias, 2004. Mimeografado 3 p. Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GARONCE, Luíza; CRUZ, Carolina. Cotas raciais: 17 anos depois, UnB tem quase metade dos alunos negros; professores ainda são minoria. **G1**, Brasília-DF, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/08/16/cotas-raciais-17-anos-depois-unb-tem-quase-metade-dos-alunos-negros-professores-ainda-sao-minoria.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Rio de Janeiro, 2019. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 2 ago. 2021.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

MARINHO, Tamires. **Cultura, poder e relações raciais serão discutidos em disciplina ofertada na UnB**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP), 2018. Disponível em: <https://www.nesp.unb.br/index.php/42-noticiascentro/392-cultura-poder-e-relacoes-raciais-serao-discutidos-em-disciplina-ofertada-na-unb> . Acesso em: 2 ago. 2021.

MENDONÇA, Vitor. 10 anos da Lei de cotas: UnB destaca crescimento da diversidade. **Jornal de Brasília**, Brasília, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/10-anos-da-lei-de-cotas-unb-destaca-crescimento-da-diversidade/> Acesso em: 2 ago. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PIMENTEL, Carolina. Cotas na UnB completam 20 anos com ingresso de mais de 38 mil alunos. **Agência Brasil**, Brasília, 22 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/cotas-na-unb-completam-20-anos-com-ingresso-de-mais-de-38-mil-alunos>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SANTOS, Renato Emerson. Política de cotas raciais nas universidades brasileiras – o caso da UERJ. In: GOMES, Nilma Lino (org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília, DF: Secad/MEC, 2006. p. 21-46. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1113-temposdeluta-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1113-temposdeluta-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, Valdélcio Santos. Políticas de ações afirmativas na Uneb: memórias de um acontecimento histórico. **Mujimbro**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 49-58, jul. 2010. Disponível em: [https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba\\_artigo\\_2010\\_VSSilva.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_artigo_2010_VSSilva.pdf). Acesso em: 10 dez. 2021

SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de. O processo de implementação das ações afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004). **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 165-188, jan./jun., 2004.

SOUSA, Ana Carolina Arcanjo de. **Políticas de ações afirmativas de cotas raciais na Universidade de Brasília e os seus efeitos no mercado de trabalho**. 2022. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Análise do sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília**: período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/04/RELATO%CC%81RIO-FINAL\\_Ana%CC%81lise-do-Sistema-de-Cotas-Para-Negros-da-UnB.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/04/RELATO%CC%81RIO-FINAL_Ana%CC%81lise-do-Sistema-de-Cotas-Para-Negros-da-UnB.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

VELOSO, Serena. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. **UnB Notícias**, Brasília, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos#:~:text=Com%20a%20valida%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei,salas%20de%20aula%20da%20UnB> Acesso em: 8 dez. 2021.